

EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANGICAL – BAHIA.

Sandra Regina Magalhães de Araújo¹

*Poeta, cantô da rua,
Que na cidade nasceu,
Cante a cidade que é sua,
Que eu canto o sertão que é meu.*

Patativa do Assaré²

Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa, ainda em caráter exploratório, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Tomamos como objeto de estudo, a Escola Família Agrícola de Angical³ (EFAA), procurando compreender se o projeto educativo desta escola tem oportunizado aos alunos/egressos a permanência no campo de forma consciente, melhorando o nível de qualidade de vida na perspectiva do desenvolvimento local sustentável. O impacto desta escola e sua pedagogia na formação do jovem do campo, visando o pleno exercício da cidadania, merecem ser analisados e compreendidos de forma detalhada e profunda.

Adotamos o Estudo de Caso como opção metodológica para desenvolver o referido estudo. Esta escolha se justifica porque esta metodologia possibilita descrever e compreender, de forma multifacetada e em profundidade, um aspecto de um fenômeno: neste caso, uma instituição escolar.

No tocante ao referencial teórico do estudo, nos fundamentamos principalmente nos autores franceses da Pedagogia da Alternância, como Gimonet, Calvó, Pineau, Forgear e no

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas Campus IX/UNEB – Barreiras – Bahia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação da UNEB – Mestrado Educação e Contemporaneidade. Orientadora: Prof^a Dr^a Liana Sodré; Co-Orientador: Prof^o Dr^o Antônio Dias. Endereço para correspondência: Rua 4 bloco 95 apart^o 002 – Condomínio Recanto dos Pássaros, Resgate – 41150-050 – Salvador/BA. E-mail: magalhaes-araujo@uol.com.br.

² Poeta popular do sertão do Ceará - Brasil.

³ Município situado na Zona Fisiográfica de Barreiras e pertence à bacia do rio São Francisco. Banhado pelo Rio Grande na extensão de 35 Km², cuja margem direita está situada à sede. Pertence a meso-região do Extremo Oeste Baiano e na micro-região de Cotegipe, Estado da Bahia, distante da capital 885,8 Km. População atual de 14.701 habitantes, sendo 6.035 na zona urbana e 8.666 na zona rural (IBGE, 2000).

grande pensador da educação brasileira Paulo Freire, intelectual que na contemporaneidade tem e vem orientando esta proposta metodológica no mundo inteiro ao afirmar que a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la – princípio fundante nas EFA's.

Para compreender este movimento de criação e sistematização das EFA's no contexto da História da Educação do Brasil, faz-se necessário num primeiro momento, uma análise histórica-política da educação rural em nosso país. Num segundo momento, apresento o breve histórico das EFA's, sua criação, expansão e implantação no Brasil, na Bahia e em Angical. Na conclusão aponto esta experiência de educação formal no contexto da história da educação brasileira na contemporaneidade, como uma possível resposta de educação para a população campesina.

1 – Breve histórico da educação do campo no Brasil

Ao longo da História da Educação Brasileira, é possível reconhecer a pouca atenção dispensada pelo poder público em relação à Educação Rural. O ensino em áreas rurais no Brasil teve seu surgimento apenas no fim do 2º Império e implantou-se amplamente na primeira metade do século XX. Esse processo se deu em função da necessidade de mão-de-obra especializada para lidar com a evolução das estruturas sócio-agrárias do país naquele momento histórico, com o advento da monocultura cafeeira e de outras culturas, exigindo pessoal mais qualificado para o setor agrícola tanto no nível da educação elementar como no 2º grau (CALAZANS, 1993).

As décadas de 20/30 no Brasil caracterizaram-se por transformações sociais, econômicas e educacionais. O processo migratório europeu, o êxodo rural em busca de áreas onde se inicia um processo de industrialização e o aparecimento de uma nova classe social em oposição à aristocracia rural, trouxe para o debate a questão da educação do campo.

Segundo Webere (1997), esses debates ocorreram, sobretudo, pelo crescente êxodo rural, cuja responsabilidade se atribuiu à escola. Consideravam que a escola rural, ao invés de levar a fixação do homem a terra, transmitia valores urbanos e um desprezo pela vida do campo.

Estes questionamentos se deram a partir da tendência escolanovista lançada pelos Pioneiros da Educação Nova que pretendia além de uma escola pública, gratuita e leiga, defendiam “[...] uma escola integrada às condições locais regionalistas, cujo objetivo era promover a fixação do homem ao campo” (CALAZANS, 1993).

Em 1937 o Estado Novo volta sua atenção para a escola rural com a criação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, visando “a expansão do ensino e preservação da arte e folclores rurais [...] o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo” (LEITE, 2002, p. 30), diferentemente do discurso do grupo denominado ruralismo pedagógico.

Nos idos dos anos 40/50, a escola rural no Brasil, incluída no processo de “modernização do campo”, teve um papel fundamental no processo de expropriação/proletarização dos agricultores e de suas famílias e, segundo Calazans (1993, p. 35) objetivava “preparar os indivíduos e os grupos para participarem, responsável e produtivamente, de um processo de mudança cultural identificado como um processo de desenvolvimento econômico”. Isto se deu através de programas/projetos integrados para o meio rural mediante convênios Brasil e Estados Unidos, inicialmente através dos Ministérios da Agricultura e do Planejamento.

As décadas de 60 e 70 marcadas pela “proliferação” de projetos integrados para o meio rural em âmbito nacional, a tônica do trabalho estava pautada no desenvolvimento de comunidades, na educação popular e de adultos, por parte do governo, objetivando conter o expansionismo dos movimentos populares e agrários, a exemplo do MEB⁴ e do projeto de educação popular de Paulo Freire.

Quanto à década de 80, os programas oficiais EDURURAL⁵ e Pronasec⁶, propõem a expansão do ensino fundamental no campo, como também a melhoria do nível de vida e de ensino e a redução da evasão e da repetência escolar, como também a redistribuição equitativa dos benefícios sociais. Estes programas voltados para o desenvolvimento, na verdade, eram insustentáveis, pois não garantiam aos camponeses a permanência no campo de forma produtiva e consciente, capaz de melhorar as condições de vida dos mesmos.

⁴ Movimento de Educação de Base

⁵ Programa de Educação Rural

⁶ Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais

Os anos que se seguiram foram assinalados por debates e discussões em torno da elaboração e aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Vale mencionar no âmbito destas discussões, o papel das entidades e dos sindicatos na luta por uma lei que garantisse uma escola pública, de qualidade e laica. Finalmente, após vários debates e embates, com interesses antagônicos, aprovou-se em dezembro de 1996 a LDBEN⁷ n° 9394/96, conhecida também como Lei Darcy Ribeiro.

No que tange a educação rural, a LDB no seu Título V, Capítulo II, Art. 28, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo, que não estavam contempladas nas leis anteriores, afirmando que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Apesar da flexibilização expressa na lei citada no que diz respeito à questão dos conteúdos curriculares para a educação básica no campo, mantém-se ainda um ensino no campo com as mesmas características das escolas urbanas. Ou seja, um currículo voltado aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização e, portanto, o ponto de partida e de chegada desse modelo é a cidade e seus referenciais; voltado para os interesses de certas classes sociais, não considera a diversidade de sujeitos sociais que constroem suas identidades não só no campo, mas também na cidade. Finalmente, privilegia os conhecimentos relativos ao mundo ocidental, industrializado na forma de pensar e no estilo de vida homogêneo culturalmente. É como se a cultura fosse algo homogêneo e os valores e a cultura camponesa, além de não serem considerados, são tidos como atrasados, conservadores, etc. (SILVA, 2003).

Esta tem sido a caracterização das escolas no campo em nosso país, que nega a essas crianças, jovens e adultos o acesso ao conhecimento sistematizado, como afirma Ribeiro (2000, p. 02): “toda política para a educação rural tem-se restringido a oferecer um arremedo da escola urbana, que, nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos”.

⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Na perspectiva de superar as condições adversas que são submetidos os filhos e filhas de pequenos produtores rurais que vivem no campo, o MEC/Projeto Nordeste lança em 1998 com o objetivo de subsidiar as Secretarias Municipais a proposta pedagógica Escola Ativa, voltada para as classes multisseriadas e deveria atender crianças nos mais distantes rincões do interior nordestino. Incluída no Programa FUNDESCOLA, esta experiência foi ampliada para os estados do Norte e Centro-Oeste.

Contudo, os movimentos sociais a exemplo do MST⁸, que com uma experiência pedagógica específica para a população campestre, juntamente com a UNICEF⁹, UNESCO¹⁰, CNBB¹¹ e UnB¹² de conformidade com a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que prevê a regulamentação da educação nacional em todos os níveis e modalidades de ensino, promovem em julho de 1998 a I Conferência Nacional *Por uma educação básica do campo*, onde retomam as discussões em torno da educação da população do campo, na perspectiva de que esta se torne parte da agenda da sociedade e dos governos.

Neste propósito, foram realizadas duas audiências públicas onde as organizações, instituições, sindicatos, movimentos sociais e as EFA's, apresentaram suas propostas para elaboração de uma diretriz que representasse a realidade sócio-cultural da educação no campo.

As discussões culminaram com a aprovação por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação em 04/12/2001 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução nº 01, de 03 de Abril de 2002/CNE/MEC, homologadas pelo Ministro da Educação em 12/02/2002.

Segundo Silva (2003), a aprovação desta diretriz tem um significado especial para os movimentos sociais, pois, constitui num processo de elaboração, debate e discussão de diferentes instituições que atuam no campo. Uma outra questão é que pela primeira vez na nossa história da educação brasileira, são elaboradas políticas específicas para a educação básica no campo.

Uma conquista política importante deste movimento é a discussão em cada estado e a participação cada vez maior dos movimentos sociais, possibilitando a entrada desta questão na agenda dos governos municipais, estadual e federal, subsidiando também, a construção da II

⁸ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

⁹ Fundo das Nações Unidas para a Infância

¹⁰ Organização das Nações Unidas

¹¹ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

¹² Universidade de Brasília

Conferência. Desse modo, em agosto de 2004 se realizou a II Conferência Nacional com o tema *Por uma Política Pública de Educação do Campo*.

Esta conferência pretendeu que todo esse movimento seja reconhecido politicamente pelo Estado e pelos Governos; que a Educação do Campo seja assumida como Política Pública de maneira mais explícita e que os órgãos públicos responsáveis pela educação em nosso país se façam mais presentes, reconhecendo a dívida social, cultural e educativa que tem para com os diversos sujeitos que trabalham e vivem no campo e na floresta. Quer também que seja reconhecida a especificidade e de suas formas de viver e de ser e, finalmente, se propõe a acelerar o processo que vem acontecendo de reconhecimento da urgência de que a Educação do Campo seja assumida como Política Pública construída em diálogo entre o Estado, as diversas esferas do governo e os movimentos sociais do campo (TEXTO BASE, 2004, p. 04).

1.1. – A História das EFA's e o processo de implantação no Brasil

Mas nem tudo no cenário da história da educação rural brasileira nas três últimas décadas, permaneceu da mesma forma. Existem experiências exitosas que promovem o auto e o sócio desenvolvimento local sustentável, que é dotar o indivíduo de condições para que ele sobreviva e permaneça no seu local de origem de maneira digna e respeitosa. Estas experiências educacionais, dentre outras, trazem subjacentes os pressupostos teóricos-metodológicos das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) e a Pedagogia da Alternância.

A História das EFA's têm origem na década de 30 do século XX e, segundo Nosella (1977, p. 18-19), “foi à idéia de uma Escola realmente para o meio e do meio rural; uma escola que rompesse com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico”.

Diante destas convicções, do desinteresse do Estado Francês com a formação da juventude rural e os problemas do homem do campo, é que o pároco Abbé Granereau (nascido em 1885 na França), juntamente com pequenos agricultores franceses, atentos para as conseqüências advindas da filosofia da escola convencional (oficial) para a formação dos seus filhos, como por exemplo, o afastamento do educando do meio rural, fez nascer, em 21 de novembro de 1935, no interior da França, uma experiência educacional que conheceria um desenvolvimento notório, as chamadas “Maisons Familiares Rurales”.

No Brasil elas surgiram com o nome de Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES em 26 de abril de 1968, durante a ditadura militar. Em 1976 surgem as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) em Olivânia no mesmo Estado, sob a liderança do jesuíta italiano Pe. Humberto Pietrogrande, ampliando em seguida para vários Estados da Federação. Em março de 1982 cria-se a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB). Atualmente no Brasil existem 127 EFA's em 17 estados brasileiros.

Na Bahia, o grande batalhador foi o Pe. Italiano Aldo Lucchetta, que, junto com as lideranças locais, incentivou a criação destas escolas. A primeira EFA da Bahia começou no município de Brotas de Macaúbas, o que incentivou outros municípios a investirem na experiência, a exemplo de Riacho de Santana naquele momento.

A expansão das EFA's neste estado fez surgir à associação regional que congregasse as associações locais mantenedoras de EFA's existentes. Daí o nascimento da Associação Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) em 4 de setembro de 1979, assessorando técnica e pedagogicamente todas estas escolas, sendo atualmente a regional com o maior número de EFA's no Brasil, ou seja, 33 escolas nas diferentes regiões do interior baiano. Além desta associação, criou-se a Rede de Escolas de Famílias Integradas no Semi-árido (REFAISA) compreendendo os Estados da Bahia e Sergipe.

É importante destacar que a EFA de Riacho de Santana criada nos meados dos anos 70, oferece aos jovens do campo duas modalidades de ensino: o fundamental de 5ª a 8ª série e o médio com habilitação Técnico em Agropecuária. Por ser a única escola de ensino médio em Alternância na Bahia, atende jovens das várias regiões do estado e de outros estados brasileiros. Também oferece cursos de formação para monitores (professores), incluindo cursos de licenciatura plena mediante convênio entre a AECOFABA e a Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

A consolidação da implantação da EFA no município de Angical ocorreu em 5 de agosto de 1995 a partir da criação de sua associação mantenedora e seu funcionamento se deu no ano de 1996. Sua criação, bem como suas atividades a partir de então, estão diretamente relacionadas aos movimentos sociais, sindicais e, principalmente à Igreja Católica.

As EFA's têm como pilares de sustentação de sua filosofia, quatro eixos básicos que se desenvolvem pelo mundo todo: 1) uma metodologia que está pautada no princípio da

Alternância integrativa, entre o meio sócio-profissional e o centro escolar; 2) uma Associação responsável nos diversos aspectos: econômicos, jurídicos, gestão, etc.; 3) a educação e a formação integral da pessoa, contribuindo para que o jovem construa a sua personalidade e o seu futuro junto com a família e no meio em que vive e; finalmente, 4) o desenvolvimento do meio local através da formação de seus próprios atores. Para isso, as EFA's propõe-se formar um indivíduo novo, sujeito de sua própria história, comprometido com o campo e com o futuro de sua região.

Neste sentido, a Pedagogia da Alternância, enquanto metodologia significa, uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação-reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos de experiências, colocando assim a experiência antes do conceito (GIMONET, 1999).

Nesta relação indissociável entre EFA's, alternância e desenvolvimento sustentável, a Associação de Pais constitui o ponto central para que estas exerçam uma função ativa no desenvolvimento do meio. A Associação nesta perspectiva, "são associações para o desenvolvimento local, nas quais participam não somente os pais de alunos como também outros atores presentes no meio" (FORGEAR, 1999, p.16).

Considerações finais

Do exposto sobre a trajetória histórica da Educação do Campo, das EFA's e a questão do Desenvolvimento Sustentável, conclui-se que as EFA's, orientadas pela Pedagogia da Alternância, constituem um projeto educativo viável de educação do e no campo na contemporaneidade. Isso se deve ao fato de que estas escolas valorizam a realidade sócio-histórica e cultural dos seus alunos, através dos seus instrumentos didáticos, da relação escola, família e comunidade, com vistas à promoção dos sujeitos e do desenvolvimento do meio.

Portanto, as EFA's e a Pedagogia da Alternância, enquanto uma possível resposta de educação para a população campesina, que sempre foi marginalizada das políticas públicas de educação, tem um enorme potencial de alavancar o desenvolvimento sustentável na contemporaneidade, entendendo, com Palmeira & Guimarães (2003, p. 339) que:

[...] uma educação para o desenvolvimento local e sustentável requer processos educacionais que possibilitem a formação de cidadãos autônomos e críticos, a base para o avanço individual e o conseqüente desenvolvimento social. Cidadãos com capacidade de enfrentar um mundo em mudanças e conflitos, que contribuam para soluções e transformações da realidade, porém não só sob o aspecto econômico e material como também, levando em conta os sentimentos e emoções, para viver solidário e feliz, pessoal e social.

Para tanto, é preciso construir uma política pública de educação *do e no* campo, em consonância com a concepção de educação escolar e de público defendida pelos movimentos sociais, pelos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), pelas organizações não-governamentais e outros segmentos da sociedade civil organizada. Nesta perspectiva, é construir uma educação que compreenda o campo como “[...] espaço da cultura, dos sujeitos, da produção da vida, da democratização das relações sociais, da solidariedade, do desenvolvimento de experiências... e, uma grande referência para a construção da justiça social” (TEXTO BASE, 2004, p. 5-6).

Esta é a grande contribuição deste movimento no processo de re-construção e re-significação da história da educação brasileira e em especial, da educação *do e no* campo na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural: traço de uma trajetória. In: Educação e escola no campo. THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria N. (Coords). Campinas: Papyrus, 1993.

CALVÓ, Pedro Puig. Centros familiares de formação em alternância. In: Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador: Dupligráfica, 1999.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. In: Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador: Dupligráfica, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

NOSELLA, Paolo. Uma Nova Educação para o Meio Rural: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Faculdade de Educação. Pós-Graduação em Educação (Filosofia da Educação) PUC/SP. São Paulo, 1977. Dissertação de Mestrado.

PALMEIRA, Maria José Marita & GUIMARÃES, Solange de Oliveira. Valores culturais como estruturantes do desenvolvimento local sustentável. Revista da FAEEBA/Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – vol. 11 nº 18 jul/dez, 2002.

PINEAU, Gaston. Alternância e desenvolvimento pessoal: a escola da experiência. In: Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador: Dupligráfica, 1999.

RIBEIRO, Marlene. Educação básica no campo: um desafio aos trabalhadores. 2000.

SILVA, Maria do Socorro Silva. Educação básica no campo: No silêncio das políticas educacionais, a negação da igualdade do direito e o desrespeito às diferenças. In: Uma escola para a inclusão social. Câmara dos Deputados - Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Brasília, 2003.

SILVA, Maria do Socorro. Diretrizes Operacionais para Escolas do campo: rompendo o silêncio das políticas educacionais. In: Educação Rural – sustentabilidade do campo. Baptista, Francisca Maria Carneiro e Baptista, Naidson de Quintella. Feira de Santana, BA: MOC;UEFS (Pernambuco): SERTA, 2003.

TEXTO BASE II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Por uma política pública de educação do campo. Luziânia, Goiás, 2004.

UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Agenda. Vitória: UNEFAB, 1999.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 anos depois: Grandezas e Misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Ática, 1997.